



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1
2 A sétima reunião extraordinária da CTPA teve lugar no auditório da SEMA, 15º andar,
3 em Porto Alegre – RS, no décimo segundo dia do mês de agosto do ano de dois mil e
4 dezesseis, às 9h. Membros Presentes: Comitê Passo Fundo: Cláudio Luiz Alves -
5 titular; Comitê Santa Maria: Eldo Costa – suplente; Comitê Tramandaí: Tiago Corrêa –
6 titular; Comitê Mampituba: Leonila Ramos – suplente; Comitê Mirim São Gonçalo:
7 André Oliveira – titular; Comitê Camaquã: Renato Zenker – suplente; Comitê Taquari –
8 Antas: Júlio Salecker - titular; Comitê Sinop: Adolfo Antonio Klein – suplente; Comitê
9 Baixo Jacuí: Mario Damé – titular; Comitê Gravataí: Norine Paloski – suplente; SEMA:
10 Patrícia Moreira Cardoso – titular; SEMA: Maria de Lourdes Alves – suplente; SOP:
11 Pedro Dall Acqua – titular; SEAPI: Gilmar Carabajal; SEAPI: Sandro Schindwein;
12 SDR: Carlos Gabriel Nunes; Comando Ambiental: André Ilha Feliú. Demais Presentes:
13 Comitê Lago Guaíba: Manuel Salvaterra; SEAPI: Nadilson Roberto; SEAPI: André
14 Petry; SEAPI; SEMA - Maria Patrícia Möllmann; FEPAM: Marco Antônio Tirelli; SEMA:
15 Vanessa Pedroso; Comitê Gravataí: Paulo Robinson Samuel; SSP: Alberto Becker.
16 Ausentes: Comitê Ijuí: Luis Augusto Pérsigo – titular; Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo
17 Cristo: Marcos Paulo Scherer – suplente; SSP: Humberto da Rocha Romano.
18 Presidente Tiago Correa – Tramandaí dá boas-vindas aos presentes, imediatamente
19 passa a palavra a Patrícia Cardoso Sec. Executiva do FRH. **Patrícia Cardoso**
20 apresenta as alterações e adequações que sofrerá a Resolução CRH 175/2015,
21 solicitadas pelas Secretarias SEMA e SOP, sendo que ocorrerá transferência de
22 recursos da SOP para a SEAPI. Apresentou quais as alterações na peça orçamentária
23 de 2016 aprovadas pela CTPA aprovadas em 2015, as quais deu origem a resolução
24 175/2015. Dentre as alterações, chamou atenção a contratação de terceiros para
25 monitoramento da qualidade da água na região do Lago Guaíba. **Sec. Adjunta Maria**
26 **Patrícia:** Em função das alterações no gosto e cheiro da água no Lago Guaíba foi
27 suspensa a empresa CETTRALIQ. Não se caçou a licença, foi feita uma suspensão, a
28 fim de que a empresa deixe de lançar efluentes no Lago Guaíba. Exame realizado não
29 consta no efluente após tratamento, a suspensão é em função do odor, suspensão
30 feita em função do princípio da precaução. Índícios apontam para aquele ponto a
31 situação se tornou insustentável. SEMA e FEPAM temem que a empresa passe a
32 gestão ao Estado. O Estado já solicitou ajuda a Corsan para apoio emergencial,
33 enquanto poder público. Fepam vem orientando os clientes da empresa a não
34 encaminhar seus efluentes para a Cettraliq, preocupação com o monitoramento e
35 gestão do local, se acontecer de a empresa entregar as chaves ao Estado, deve-se
36 montar um plano de contingência, com o apoio da Corsan e Sitel unidade do Polo
37 petroquímico. **Patrícia Cardoso** - As adequações das rubricas não ocasionarão
38 perdas no SIOU, contrato deve ser aditivado, com relação ao sistema de águas
39 subterrâneas, os TRs ainda não foram encaminhados. Sempre surge novas
40 demandas, para a capacitação dos servidores da SEMA será retirado do
41 PROGESTÃO o valor de 300 mil. **André Oliveira Comitê Mirim-São Gonçalo** -
42 Demonstra preocupação como o monitoramento da Fepam, neste caso contratação de
43 terceiro. **Secretária Adjunta Maria Patrícia** - A Fepam já vem monitorando o Lago
44 Guaíba com o apoio do Comando Ambiental, a contratação de terceiro se justifica para
45 este caso. **André Oliveira** - A pergunta surge uma vez que a Fepam ha um tempo não
46 atende está rotina, entendo o problema é pontual e precisa ser feito. **Júlio Salecker**
47 **Taquari-Antas** - Se a rede de monitoramento estivesse em funcionamento talvez não
48 enfrentasse esse problema todo. **Sec. Adjunta Maria Patrícia** – Na verdade está
49 questão foi a mais difícil enfrentada pela Fepam. A omissão do poder público neste



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

50 caso seria ainda pior, inclusive para a população, não tem como explicar. É uma ação
51 corajosa da SEMA enfim do Estado assumindo a bronca. Todo mundo reclama de Sul
52 a Norte da Capital, só iremos descobrir se suspender as operações da empresa,
53 fazendo a limpeza do local. **André Oliveira** – Monitoramento não é questão de uma
54 campanha é um instrumento de gestão, com rotinas estabelecidas, relação de
55 causa/efeito. **Júlio Salecker** – De lição aprendida, vamos colocar 1 milhão do FRH,
56 em algo que entre aspas deveria estar sendo feito pela Fepam. **Secretaria Adjunta**
57 **Maria Patrícia** – Deveria estar sendo feito pela empresa, agora a gente assume e
58 depois cobrar. **Júlio Salecker** – Não estou querendo trazer de quem é a culpa, estou
59 querendo forçar, se o sistema de monitoramento da qualidade ambiental do órgão
60 competente, no caso a Fepam, estivesse funcionando no Estado isso teria sido pego.
61 **Secretária Adjunta Maria Patrícia** - Em todos os exames laboratoriais feitos não foi
62 encontrado nada. **André Oliveira** – Uma metodologia amostral que normalmente não
63 é levada em consideração é a do cheiro, pode não ter a condição de fazer a tradução
64 disso, mas tem condições de transformar isso em uma matriz de quantificar o odor.
65 **Norine - Comitê Gravataí** – Essa situação é de saúde pública, pode não constar em
66 análise de água, porém que passa pelo local tem dificuldades para respirar, salienta
67 que alguns empreendedores devem ter um olhar mais próximo da Fepam, quanto ao
68 monitoramento. **Sec. Adjunta Maria Patrícia** – A Cetralic responde inquirido e
69 cumpriu todas as exigências solicitadas pelo MP para a operação, além do
70 licenciamento da Fepam, estavam fiscalizados por todo mundo. **Comitê Gravataí** –
71 Biologicamente a natureza se transforma, os critérios de fiscalização também devem
72 ser revistos pelo sistema. **Renato Zenker – Comitê Camaqua** – Fico preocupado com
73 o monitoramento da água, praticamente não existe, se estamos alertando para
74 odor/cheiro, temos uma preocupação que cresceu muito no arroio Velhaco de 8
75 amostras de vísceras de peixes em 5 apresentou metais pesados acima do tolerável
76 ao organismo humano. O Estado se omitiu e continua a se omitindo, os órgãos
77 responsáveis pelo monitoramento, tem que fazer e com rigor, existe ai um fator
78 econômico e não querem gastar. Existe também a população que é desprezada nesse
79 processo, precisamos mudar o enfoque dessa valoração, dar importância, o que
80 realmente representa cada setor para a sociedade. **Norine - Comitê Gravataí**– Aquilo
81 que não é detectado em análises de água é detectado em tecidos bentônicos e
82 sedimentos. **Adolfo Klein Comitê Sinos** – temos demonstrado nossa preocupação
83 com o monitoramento dos cursos d'água, no caso do Sinos, sem monitoramento
84 desde 2013, eram 8 pontos da nascente a foz. Quando do plano de bacia foi incluído
85 mais 7 pontos a pedido do DRH. Há 2 anos com o plano e temos mais 2 anos para a
86 revisão, neste período tudo o que se fez, não se sabe se andamos para frente ou se
87 voltamos para traz, oficialmente sem dados. No caso desta empresa, o DMAE acusou
88 especificamente 3 origens Cai, Sinos e Gravataí, não tem como se defender, não
89 possui monitoramento, fácil colocar a culpa nos outros, novamente o Sinos é colocado
90 na mídia como no caso da mortalidade dos peixes, noticia até na CNN. Nunca a CNN
91 falou que a região é uma região produtora, porém quando deu um problema ambiental,
92 fomos brutalmente massacrados, na época também sem monitoramento. O problema
93 está na origem a urbanização se aproxima da indústria, não se respeita o plano diretor
94 o plano Municipal de uso do solo é falho. Quanto aos estudos e trabalhos ambientais
95 começou efetivamente em 1972. Essa história não tem meio século, caso você erre
96 um parâmetro você está inflacionando, isso é meio loco, precisamos fazer um caminho
97 muito grande na área ambiental ainda, para ter um mínimo de conhecimento Hoje é
98 fácil definir culpados. Na Europa, Santa Crout, para três meses antes das férias



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

99 porque entra em colapso, o problema do Gravataí está na foz que 500 mil habitantes
100 de Porto Alegre poluem. **Pedro Dall Acqua** – Sair da água bruta para água tratada:
101 dentro do Conesan, a Secretaria da Saúde, através do VIGIAGIA fez estudo sobre o
102 problema da contaminação por e-coli. Impressiona o número, um milhão de pessoas
103 no Rio Grande do Sul tomando água contaminada por e-coli. São cem mil internações
104 anuais por conta desse problema, destes somente 20 mil é registrada, 80% nem
105 registra. Estabelecer uma política para mitigar isso. A origem pode ser rede
106 contaminada, reservatório contaminado, problema de operação. Até dezembro de
107 2016 pretendem ter um mapa do Rio Grande do Sul de contaminação da água tratada.
108 **Tiago Correa** – Com certeza não se faz monitoramento sem dados. Pedro SOP – Em
109 relação a peça original que tínhamos 19 milhões e pouco, a proposta de alteração que
110 surgiu foi uma demanda da SEAPI de pega R\$3.850.000,00 para as barragens. O
111 secretário autorizou dada a situação atual: crise do estado, período eleitoral,
112 contingenciamento do FRH, liberou uma SRO de decreto que ainda não foi liberada. O
113 que preocupou foi a forma como aconteceu. Direto com a Secretaria da Fazenda,
114 aonde chegou e-mail. Essa forma não parece ser a mais adequada! Os acertos foram
115 posteriores ao se tomar conhecimento da demanda. Dos 19, saiu ou vai sair 3.850.000
116 pra SEAPI. **Júlio Salecker** – Depois vamos discorrer sobre o rito. A importância da
117 CTPA e como se chegou até aqui. O raciocínio básico é a Resolução CRH 34/2007,
118 que destina os recursos do fundo. O que está escrito nas regras ou resoluções, decidir
119 em cima disso. Onde vai o recurso e se o mesmo está sendo aplicado conforme as
120 regras, basicamente é isso que o CTPA deve fazer para levar ao CRH que é quem
121 decide. Esta câmara tem a obrigação de levar para o CRH dizendo se o tema está
122 alinhado ao regramento. Concordo que a forma que isso chega é uma forma feia,
123 como está chegando a informação é a seguinte: 55% do FRH, por resolução do CRH é
124 destinado a Sema, para tratar o Sistema de Recursos Hídricos. 35% destinado a
125 saneamento, não é à SOP é ao saneamento. E 10% destinado as setoriais, é o que
126 diz na Resolução 34/2007. Modifica o R\$ 3.850.000 apresentado no que vai ser usado
127 o recurso. Os 35% é para saneamento não está na regra irrigação, nem obras
128 irrigação. Outra coisa a barragem que vai regularizar a água no ciclo terrestre, ok?!
129 Faz parte dos objetivos deste fundo, os sistemas de irrigação, os canais, o mecanismo
130 de irrigação em si. Isso não beneficia todo mundo, somente o usuário de irrigação.
131 Barragem que regulariza o rio, ok, os canais que conduzem água a irrigantes
132 específicos e os sistemas que levam água até os irrigantes específicos, este fundo não
133 pode colocar dinheiro nisso, são usuários. Gente, pra quem não me conhece ainda,
134 por cima: represento quem banca esse FRH aqui, é as usinas hidrelétricas, as
135 geradoras de energia, quem banca esse fundo é somente o usuário de geração de
136 eletricidade do Rio Grande do Sul. Daqui a pouco vou também vir solicitar recurso
137 para fazer minhas obras, por respeito ao que foi feito aqui dentro desta câmara e do
138 CRH, isso não deve passar. Quero dizer que aquela primeira alteração dentro dos
139 recursos da Sema, ficou em entrelinhas, mas eu disse o que precisamos ajudar:
140 monitoramento e qualidade de meio ambiente, mas ok. Agora temos que ver onde
141 será investidos os R\$ 3.850.000, não pode ser goela abaixo, como vejo secretário
142 falando com secretário, porque esse fundo tem regramento específico, quem manda
143 nesse fundo é o CRH. **Eldo Costa – Santa Maria** – Só para esclarecer os pontos na
144 fala do Júlio, essas barragens que tu falaste, não é só para irrigação é de usos
145 múltiplos. Incompetência do SEAPI e SOP que não deram sequência a essa política,
146 continuam tratado de pocinho e sei lá mais o que, como política de estado, o que não
147 é. Temos feito essa demanda muito fortemente e temos tido vários problemas em



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

148 função disso e propúnhamos toda vida pela participação desta secretaria aqui no
149 conselho e tal. Quando oito meses depois é que vem, tem razão o Pedro e o Júlio no
150 que colocam. As coisas não são desta forma, pra baixo aqui não são, embora na
151 SEAPI se tenha a ideia que comitê é uma coisa que se mete em tudo e não tem
152 competência e para dar palpite nessas coisas até de padeiro a gente é chamado. Eu
153 quero dizer Júlio, estas barragens que tu citaste servem para usos múltiplos em
154 primeiro lugar e não só irrigação. É para abastecimento público, prioridade nisso, e
155 para abastecimento público precisam dos canais, a questão é mais abrangente a
156 respeito disso se servir ou não, é uma coisa se reformular resoluções, aliás, esta
157 resolução que foi feita. Quando tinha aqui no CRH um representante da irrigação a
158 nível nacional, não sei por que saiu assim. Porque a lei que criou o Fundo de
159 Recursos Hídricos está muito claro lá: agricultura. Agricultura esta que nunca se
160 mobilizou por inépcia, falta de vontade ou sei lá o que, por falta de competência de vir
161 aqui, se faz ouvir, se posicionar e participar efetivamente. O Conselho de Recursos
162 Hídricos tem toda a razão, inclusive a política de recursos hídricos está como um
163 guarda-chuva para esta irrigação está na lei. Briguei e fui muito mal visto no Conselho
164 de irrigação quando se estava querendo criar um fundo puxando recursos do FRH e
165 pior citando em regimento interno como. **Júlio Salecker** - Como foi citado pelo Eldo,
166 na resolução não fala secretarias, fala Sema. O resto é saneamento não é SOP e
167 setoriais. **Secretária Adjunta Maria Patrícia** – Uma questão pontual, quanto aos
168 percentuais acho que se a CTPA, se deliberar, não sei qual a análise do projeto, mas
169 podemos propor ao CRH este ajuste. Não é um impeditivo de lei se encaminhar que
170 tenha que ser alterado é uma coisa que essa câmara tem como propor ao CRH.
171 **Pedro Dall Acqua** – Em cima do que o Eldo falou, quanto a fonte do recurso, uma das
172 fontes de recursos do fundo de irrigação, o que consta é o FRH. O que tem que se
173 discutir é o seguinte: se tem algum sentido, transferências de fundo a fundo. Não tem
174 a menos lógica, eu acho, em minha opinião. A questão dos abastecimentos desse
175 fundo, temos que olhar tudo não adianta só olhar no CRH. Temos que olhar lá no
176 conselho de irrigação, inoperante. **Gilmar Carabajal** – Fazer um relato: as barragens
177 começaram em 2008, com a secretaria de usos múltiplos da água. Foram captados 42
178 milhões – Taquarembó, 48 milhões para Jaguari, para fazer as barragens. As
179 barragens não são só para irrigação, servem para regularização da vazão do Santa
180 Maria, para abastecimento dos municípios de Dom Pedrito e Rosário do Sul. Em 2010,
181 foi extinto a Siuma e foi criado o departamento de irrigação, dentro da secretaria de
182 obras. Em 2014/2015, dentro do governo atual, esse departamento foi transferido da
183 SOP para a SEAPI. Vou entrar onde os 19 milhões da SOP e o porque que estamos
184 pedindo, os recursos aqui, assim na transferência de 2014/2015. Em 2015 nosso
185 orçamento foi de R\$ 8.460.000, 2016 orçamento porque abri janelas. O secretário
186 disse para providenciar orçamento na agricultura, que era minha competência. Meu
187 departamento ainda estava na SOP, oficialmente era SOP. Sabia que tinha um projeto
188 de lei, sobre a transição, recebi R\$ 550 mil reais. Este foi o orçamento. O que hoje
189 estamos pedindo, não sei mas acho que foi entrado em contato de secretário com
190 secretário. Agricultura, ambiente, obras, conversaram, não foi passado aqui para ser
191 referendado. Estamos mostrando hoje, é o que estamos fazendo, hoje temos
192 convênios, explicações sobre os investimentos e sobre a obra. O reembolso da união
193 que era 80% passou para 95%. Hoje, o estado está trazendo o investimento para
194 dentro, hoje está no Santa Maria, temos vários projetos para várias outras bacias do
195 estado. Hoje, preciso dos recursos da contrapartida de 1%, sei que o investimento é
196 alto, mas desde 2008 estamos apresentando este mesmo projeto, a continuação



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

197 desse projeto, só que antes o recurso era maior do FRH, saiu 14 milhões, foi daqui
198 que saiu os recursos. Hoje estamos pedindo o que R\$ 596 como contrapartida. As
199 barragens Taquarembó e Jaguari foram divididas em duas fases. Fase um maciço da
200 barragem, fase dos desmatamentos, complementação e outros serviços. Se não estrar
201 a contrapartida a união não faz o segundo repasse. Explicações sobre Taquarembó,
202 sobre os recursos utilizados na obra. Solicita os recursos para o repasse da
203 contrapartida, para os convênios com a união. **Patrícia Cardoso** – Explicar que esse
204 orçamento é o atual, a adequação daquilo que já foi aprovado no ano passado,
205 atendendo duas bacias, com essas intervenções, Santa Maria e Vacacaí, aquilo que
206 vier de outras bacias deve ser analisado. **André** – Não, não explica, questão de
207 ordem, peço reunião especial para abordar este tema, toda essa parte de orçamento,
208 toda realização. O fato é que tem intervenção judicial uma série de consequências e
209 interferências no uso do recurso, é grande, não estou vendo os números, fica difícil de
210 fazer uma defesa desse projeto, não tem uma racionalidade na apresentação, talvez
211 eu não esteja me manifestando de maneira cordial, eu quero ser cordial, mas tenho
212 dificuldades de enxergar os números, de ver fundamentação, nesse processo de
213 construção, tão longo, com acréscimos ao longo do tempo, me preocupa isso, como
214 temos que opinar sobre o uso do FRH. Precisamos de uma apresentação melhor
215 estruturada, gostaria de um resumo simplificado, gostaria do histórico disso. **Adolfo**
216 **Klein** – Eles trazem uma atrocidade dessas, o que esperar para o ano que vem, uma
217 outra atropelada, olha acho que se os Secretários tomaram a liberdade de fazer de
218 fazer isso, sem passar pela CTPA, por respeito e ordem, não poderia ter sido feito.
219 Nem sei por que estamos vendo isso já está pronto, me sinto um palhaço, sendo feito
220 de bobo, tem como retroagir, cabe talvez uma ação judicial, eles que assumam a
221 responsabilidade do que fizeram, agora já passaram um atestado de bobos para nó,
222 faça um favor, estou me sentindo um idiota. **Sec. Adjunta Maria Patrícia** – fazendo
223 uma intervenção aqui, não vai ser gasto um centavo deste fundo, sem passar pela
224 CTPA, nisso a SEMA já se posicionou, isso a CTPA que vai se posicionar e depois vai
225 ao CRH. **Tiago Correa** – A transferência desse recurso ainda não ocorreu. **Sec.**
226 **Adjunta Maria Patrícia** – Acredito que a conversa entre Secretários é justa, deve
227 acontecer, enquanto Estado devemos nós entender internamente, estarmos em
228 acordo, trazer as demandas a CTPA para ouvir e acompanhar. Fico como servidora
229 pública e a muito tempo atuando nessa área, feliz com a qualidade das manifestações
230 e participação de todos vocês, com o nível que o debate vem ocorrendo, acho
231 fantástico, embora tenha críticas, quanto a qualidade, mostra o amadurecimento do
232 sistema, excelente, o pessoal da SEAPI, sai daqui com outro sentimento, diferente,
233 sabendo que vai ter cobrança, sobre o uso dos recursos do FRH, nossa obrigação de
234 Estado é vir aqui e explicar, justificar as coisas para a CTPA. Nunca às escuras é as
235 claras que deve ser feito, é legítimo a CTPA acompanhar, esse projeto mais de perto.
236 **Sec. Adjunto da SEAPI Andre Petry** – Me permitam, como representante do
237 Governo, também sou servidor público, gostaria de parabenizar a qualificação do
238 debate, temos que tomar decisões, o Eldo colocou com muita propriedade sobre as
239 barragens, as quais são para usos múltiplos, para o desenvolvimento dos Municípios e
240 da Região, não é para proprietários específicos, queremos deixar isso claro,
241 uniformizar as informações. O Eldo é um batalhador nisso, cobra e tem que cobrar
242 mesmo, houve uma lacuna nas transferências da SOP para a SEAPI, com relação ao
243 detalhamento devemos nos colocar à disposição, já que os senhores são os fiscais,
244 mas para nós esse recurso é fundamental, não para ajudar alguém em específico.
245 Houve uma conversa entre os Secretários, que depois em consulta a SEMA, nos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

246 orientou a participar do CRH, existe a Meia Culpa da SEAPI, esse é o momento de
247 discutir e é claro não foi o melhor encaminhamento, mas de forma alguma foi decisão
248 dos dois secretários, isso envolveu a Fazenda a SEMA, não tem como usa esse
249 recurso sem passar por esse conselho, talvez um pouco tardio, em cima da hora,
250 mesmo com a liberação da Fazenda, sem a aprovação dos senhores, não tem como
251 usar esse recurso, penso também que devemos ter uma participação mais efetiva
252 nesse conselho. **André Oliveira** – Melhorando minha abordagem, sobre o tema,
253 trazendo um pouco daquilo que conheço, sobre projetos de irrigação, parcerias
254 público/privado, devemos fazer uma reflexão, acompanho esse projeto
255 superficialmente, me parece extrapolado e com ajustes recorrentes dos orçamentos. E
256 relevante o acontecimento das barragens, os benefícios que podem gerar, devemos
257 ter uma melhor análise desses números, estudar melhor. Para estudar melhor isso e
258 ter um retrospecto histórico, gostaria que a AUSM ajudasse na construção desse
259 cenário. Puxar o Comitê Santa Maria, para dentro da pauta, pois o fato está
260 acontecendo lá, se necessário alterar a resolução 34/2007, devemos fazer isso,
261 posteriormente. **Patrícia** – Contextualizando, já tem um acordo de Estado, já existe
262 SRO por decreto, só emitido com a avaliação dos Secretários, o financeiro não tem
263 autonomia, só libera os recursos após aprovação. Pergunta essas barragens é
264 também para abastecimento público ou só irrigação, eu não sei. **Eldo Costa** –
265 Patrícia, todas Patrícia, isso ai é mais velho que andar pra frente, ninguém sabe, nem
266 nós, isso que quero dizer. Patrícia – Isso de criar um grupo na CTPA, é extraordinário,
267 relevante para socializar as informações.. Achei extraordinário o momento o mais
268 oportuno possível das colocações, do Júlio, André, Klein e da Patrícia, a 70 anos que
269 a bacia, a comunidade pensa em barragens, a oito anos o Comitê se envolve
270 diretamente, agora, não posso aceitar, ouvir murmúrios nesta sala, que há corrupção
271 no meio, que há mau uso do dinheiro público, processo judicial, que tem que ser
272 esclarecido, traz e esclarece, Gilmar. Se há o Comitê não sabe. Não conhece uma
273 vírgula desse projeto, a não ser se infiltrando, por dentro da SOP, para descobrir
274 alguma coisa, depois de ter tido um Secretário extraordinário de múltiplos usos, que
275 invadiu o Comitê Santa Maria, tomou posse dele e durante quatro anos dominou.
276 Sofremos essa intervenção, temos relatado isso ao longo do tempo, o Comitê veio
277 aqui e se colocou de forma completamente inadequada, nesse período, temos uma
278 história de 24 anos, oferecemos ao Secretário a Agricultura, quando da última reunião
279 do GT que trata disso, todas as informações, das quais tínhamos conhecimento. São
280 quatro Secretarias de Estado que estão sendo desrespeitadas, muito menos o Comitê
281 pois o Secretário diz, o Comitê não sabe nada disso, não sabe mesmo, não sabe por
282 que eles não explicam. Historicamente há oito anos, não sabemos nada dessas
283 barragens, esses números estou vendo pela primeira vez, tem um GT onde até o
284 Governador participa, o Governador não entende mais, o Governador convida o
285 Secretário para tratar com a Presidência da República, o Secretário não vai, um
286 Deputado marca cinco audiências com o Ministério da Integração, o Secretário vai a
287 uma, não em outra, separados, se cancela reunião depois que estamos em Brasília,
288 na noite, bem tem tudo isso. Tem coisas muito obscura que não conhecemos e
289 também gostaríamos de conhecer, temos reiterado há 8 anos isso, é ótimo que está
290 câmara, agora vá ao fundo do posso e que se explique, se tem corrupção, notícias de
291 processo repercute extraordinariamente lá na bacia, quando isso acontece, ameaças
292 de denuncia pra cá, pra lá, enfim, a barragens parou, voltou, é um assunto realmente
293 polêmico. Agora que é de usos múltiplos é, tem um decreto de 2006, que indica por
294 que, que é de usos múltiplos, de utilidade pública, na época não podia construir



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

295 barramento se não fosse por isso, as barragens abastecem cidades, que tem
296 eminência de colapso em períodos de seca na bacia. Portanto tem utilidade pública
297 baseada nisso, em um decreto Estadual que não foi revogado, isso é o que nós
298 sabemos, usos múltiplos sim, por que a água das barragens ajuda no saneamento, a
299 partir dos canais. **Patrícia** – Neste contesto ela se enquadraria na resolução 34/2007.
300 **Eldo** – Tanto que tem um TIUMA, aprovado pelo CRH, no governo passado, diluição
301 de esgoto, também tem, mais saneamento, as águas chegam a prestar esse benefício,
302 não há nenhuma dúvida disso, agora é inadmissível que o IRGA não saiba e saiba
303 coisas erradas, que serve para não sei quantos mil hectares, é proposital, é
304 boicotativo, criando uma expressão aqui, essa divulgação insistente com nossa
305 contrariedade, que as barragens servem só para irrigar lavouras de arroz. Isso é um
306 absurdo e esses absurdos tem que acabar. Tentamos ao extremo a ponto de fazer o
307 Secretário chorar, quando viu que não tinha mais o que fazer, isso é inadequado para
308 o Governo do Estado, não fica bem, em uma sala com empreiteiros, consultorias, a
309 comunidade reunida mesmo que Comitê não represente a comunidade, mesmo que a
310 associação não represente a comunidade, enfim a gente fica falando aqui um dia e
311 tanto se necessário, não precisa participar se não quiser do Comitê, aqui represento o
312 Comitê, quem está devendo isso, desde que existe e a Secretaria de Irrigação e
313 Múltiplos Usos, SOP e agora a SEAPI, está desculpa que levou sete meses para
314 passar na Assembleia, contesto no seguinte sentido, em 15 de Janeiro trocou o
315 Secretário, dia 30 de Janeiro, agendamos com o Governador, colocamos para eles
316 tudo o que sabíamos sobre essas barragens, a necessidade da SEAPI participar do
317 CRH, agora espero que se esclareça a está câmara técnica aqui, como foi sacado
318 tanto dinheiro, desse fundo, assim de maneira acintosa, em um determinado
319 momento, assim por cima de todo, sem dar explicação, ou por baixo dos panos, agora
320 não, tem de ser de forma clara, existe esta câmara técnica e o CRH é o dono desse
321 recurso. Tem que ser respeitado, abaixo disso está a política de Irrigação, estamos
322 dizendo se demorou sete meses para passar na Assembleia é por inépcia. **Sec.**
323 **Adjunta Maria Patrícia** – A questão da resolução, conhecendo as barragens, é elas
324 são de usos múltiplos, entra a questão do saneamento, a partir disso podemos
325 deliberar com mais precisão, fazer o acompanhamento, quanto aos recursos a gente
326 vai acabar fazendo aqui na CTPA, o que seria função do Conselho da Irrigação. Acho
327 legítimo que exista o acompanhamento do uso do FRH, o conhecimento de todos,
328 quem vai ser diretamente afetado ou beneficiado por este projeto, quando o Conselho
329 de Irrigação estiver funcionando, conversamos novamente. **Júlio Salecker** – Estamos
330 convergindo, agora, em cima de tudo o que foi colocado aqui, tem a ver com
331 saneamento e o quanto é importante para o Rio Santa Maria, OK. Gente, não sou
332 contra as barragens, não contra a irrigação, contra o desenvolvimento do Estado, de
333 jeito nenhum, mas temos que ser realistas, fazer as coisa certas, temo uma resolução
334 que diz o que diz, não fala obras, diz saneamento, se conseguir amarrar essa obra
335 com saneamento, sendo usos múltiplo, não precisaríamos mexer na resolução, uma
336 vez a CTPA convencida disso, quem sabe poderíamos ter uma caminhada, quem
337 sabe? Agora talvez venha o pedido para o ano que vem ai, sinceramente, está câmara
338 não é uma câmara política, aqui as falas são técnicas, a câmara política é o CRH, se a
339 Irrigação vai seguir com este rame, rame, tem que mexer na resolução, não podem
340 trazer uma coisa assim aqui para a CTPA, queremos, precisamos, estamos em cima
341 do laço, vai acontecer, não precisamos ser legalistas, cumprir o que está nas normas.
342 Se for mexer na questão da lei, do regramento até do FRH, regramento do fundo de
343 irrigação, OK, isso deve ser no campo político, não aqui na CTPA, dizer agora vocês



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

344 aprovam, que estamos precisando, nesse sentido não vamos aprovar, pois a
345 responsabilidade é nossa também, se acontecer um questionamento lá na frente os
346 Secretários irão dizer que passou pelas instâncias que aprovam e aprovaram, ai que
347 deveria guardar o FRH, quem é o guardião do FRH a CTPA e ela aprovou, precisamos
348 parar com isso, devemos ser mais justos, mais perfeitos, mais sérios naquilo que
349 fizemos, não estamos dizendo não, queremos um caminho correto, precisam nos
350 mostrar a parte do saneamento disso ai, não a parte da irrigação, ai vamos para o
351 convencimento. **Tirelli- FEPAM** – Só no sentido de complementar o que está sendo
352 colocado, os usos múltiplos foi através de um decreto do Governador Rigotto, que
353 permitiu fazer o licenciamento das barragens, pois na época não se permitia
354 intervenção em APP a não ser para obras de utilidade pública. Então a questão dos
355 usos múltiplos do projeto e todas as suas justificativas, foi o que permitiu fazer o
356 licenciamento ambiental das barragens, sempre baseado no decreto do Governador.
357 **Tiago Correa** – Então o senhor afirma, que essas barragens são de usos múltiplos.
358 **Tirelli** – Sim, isso que nós, permitiu fazer o licenciamento ambiental. **Tiago Correa** –
359 Temos um dado técnico, esta situação é um pouco delicada, onde temos uma
360 transferência de um departamento do SOP para SEAPI, dentro da SOP está previsto
361 saneamento, na resolução aprovada a 175/2015, agora seria utilizado pela SEAPI,
362 existe dúvida nisso ou não. **André Oliveira** – Seria esclarecer a parte do saneamento.
363 **Patrícia Cardoso** - Deixa fazer um esclarecimento, estou em dúvida, favor me corrigir,
364 toda vida o Departamento de Irrigação esteve na SOP, com os mesmos projetos,
365 dependendo somente dos seus estágios, sempre foram habilitados nessa CTPA, como
366 o Júlio ressaltou tira do forno para o CRH, poder aprovar, sempre esses projetos forma
367 habilitados, ineditismo do Estado, que agora, pela primeira vez encaminha pela
368 SEAPI, os mesmos projetos que estavam na SOP e hoje não seriam habilitados por
369 estarem agora na SEAPI, é isso? **André** - Não, toda essa abordagem que tu fizeste
370 agora sobre a estrutura política administrativa não é a mais relevante. **Patrícia** – Não.
371 **André** – Claro que a relevância vem da inatividade na operação, da política
372 administrativa, isso é relevante, um fato foi levantado. O Tirelli, falou sobre o decreto,
373 realmente foi incorporado os usos múltiplos no projeto, só não entendo o que foi
374 exposto, não entendo o processo histórico, enquanto conselheiro aqui e no CRH,
375 quero conhecer, temos prazos para conhecer, a apresentação, que estava sendo feita
376 aqui não é satisfatória. Pedi favor parem com isso. Avançamos bem na análise, em
377 diversos aspectos, ficou pendente conhecer mais. Parece um buraco sem fundo.
378 **Tiago Correa** – Aprovamos e conhecemos ou conhecemos para posterior aprovação.
379 **Júlio Salecker**– Mas o que é isso Tiago, tem regramento, tem que mostrar a parte do
380 saneamento. Numa boa, aqui entre nós, muitas empresas dizem fazer gestão
381 ambiental, faz múltiplos usos, faz mesmos, isso queremos ver, pode colocar o Estado
382 junto, faz mesmo, isso queremos ver, ou é só um decreto.
383 Eldo – Um parênteses na fala do Júlio de novo, quer dizer que aqui entre nós, nossos
384 pares também podemos estar desconfiando de nós mesmo, pelo sistema de recursos
385 hídricos, o comitê é a base, é ou não é, ele que faz a gestão local, é ou não é, faz 24
386 anos que o comitê Santa Maria, sabe disso, essas barragens são para abastecimento
387 público, já quebramos o galho do jeito que deu por lá, temos uma história construída,
388 agora se dúvida disso, precisamos ouvir o Tirelli, dizer que existe um decreto, que é só
389 consultar o arca bolso jurídico do Estado, que é de utilidade pública, continuamos
390 duvidando disso. Não, talvez dos números que nunca foram apresentados, nem para o
391 Comitê, agora se o Comitê Santa Maria com sua história de 24 anos não serve como
392 testemunha, para seus pares, tal como para a Agricultura, não tem fé pública,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

393 credibilidade, estamos mal abaixo de zero, não aceito. Só por que a FEPAM veio aqui
394 e disse que tem um decreto, venho falando desde que ele existe 2006, fazem 10 anos
395 que o Comitê acompanha isso, vem aqui, e trata-se do todo tipo de desconfiança,
396 judicialização, não sei o que, onde está o dinheiro, etc... Inclusive por isso, mas que
397 câmara técnica é essa, nosso CRH também merece respeito, ele aprovou muitas
398 coisas por aqui, é FEPAM, é SEMA.
399 Tiago – Não tinha entendido sua afirmação.
400 Eldo – Mas, pera ai fazem 24 anos a idade do comitê.
401 André – Reforçar a fala do Eldo, pois falei da AUSM e não do comitê, peço desculpa.
402 Mas o fato é o seguinte o que supliquei, diante da falta de clareza dos números, é
403 preciso ouvir o comitê, soberano naquele território, muito vai orientar, acho que
404 podemos avançar, agora como vamos fazer isso, temos prazos.
405 Tiago – Primeiro vamos conhecer e depois vamos aprovar, esta é a proposta,
406 Maria Patrícia – A proposta da SEMA na verdade em fim, louvar o acompanhamento
407 da CTPA, a partir do reconhecimento que é de usos múltiplos, que se aprove esse
408 orçamento, que se faça o acompanhamento por aqui, desde o início, reunião
409 específica da CTPA, abordando esse assunto.
410 Tiago – A função da CTPA é o acompanhamento, com certeza deve haver a prestação
411 de contas, verificando os números periodicamente.
412 Maria Patrícia – Como o assunto é antigo e complexo deve haver uma reunião para
413 tratar somente disso.
414 Tiago – Não estamos tendo consenso, temos uma proposta, não se aprova agora,
415 encontro mais detalhado, a outra seria habilitamos esse recurso, essa transferência de
416 orçamento, em paralelo a CTPA acompanha.
417 Claudir – Vamos lá o comitê já nó afirma que é de usos múltiplos, FEPAM afirma ser
418 de usos múltiplos, não vejo por que não seguir adiante, claro que tem conhecer, não
419 vamos sair conhecendo agora, a preocupação maior é que a CTPA fique sabendo com
420 antecedência desse processo, enquanto comitê elaboramos uma planilha, com as
421 demandas e sugestões para a CTPA habilitar, porém quando é para aprovar ou
422 alterar resoluções, sempre aparece algo, isso precisa ser trabalhado antes,
423 precisamos conhecer antes, é para múltiplos usos é, saneamento, irrigação tudo isso.
424 Tiago – Devemos encaminhar gente, vamos para os finalmente.
425 Júlio - Quero me reposicionar então.
426 Gilmar – Trabalhei aqui junto com a CTPA durante vario anos, a SOP não informou o
427 orçamento para 2016, estávamos buscando esse recurso.
428 Pedro – A SOP apresentou aqui a proposta de orçamento, para o saneamento, a
429 SEAPI deveria buscar ou ter seu próprio orçamento.
430 Júlio – Talvez a minha fala tenha sido a mais forte, entendo que o Comitê Santa Maria,
431 é a sociedade, é a comunidade, na região onde está instalado, mas instalado, mas
432 esse desvio, pega no emocional, superfaturamento, tudo isso pega, temos que nos
433 despir dessas paixões, principalmente para as coisas acontecerem, ficou claro que
434 tem saneamento.
435 André – Condicionar a aprovação ao conhecimento do comitê.
436 Paulo Samuel – Somos titular no Conesam, este tramite ao meu ver deveria ter
437 passado pelo Conesam, não passou no Conselho, será cobrado do Secretário esse
438 acerto.
439 Tiago – Realmente uma situação delicada e contraditória, algumas vezes. Vamos
440 votar essas demandas, alteração da resolução 175/2015, condicionada a
441 apresentação pela SEAPI dos números referentes as barragens aqui discutidas. Foi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

442 aprovada as alterações na resolução 175/2015, conforme apresentação e proposição
443 da SEMA, SOP/SEAPI, por unanimidade de votos, não houve abstenção, nem votos
444 contrários.

445 Klein – Tem que apresentar, nós aprovamos dinheiro, não favor, define a data e eles
446 tem que apresentar, nós não teremos as explicações, o comitê também, vai ficar tudo
447 em águas brancas, me preocupa, não a aprovação hoje, ano que vem esse negócio,
448 começa muito pior e vai se entortando durante o ano, vamos ser passivamente
449 enrolados, aceitar de novo, uma alteração brutal de tudo aquilo que habilitamos aqui
450 já, expressei minha preocupação, ano que vem vamos ter de novo isso.

451 Tiago – A aprovação foi condicionada a apresentação de dados pela SEAPI, isso já
452 está definido.

453 PAUTA 2 – PEÇA ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

454 Tiago – O orçamento para 2017, peça orçamentária que de preferência não seja
455 alterada posteriormente, para que não fiquemos aqui gastando energias.

456 Patrícia – Foram montadas as demandas e feitas algumas adequações ao teto, a
457 SEPLAN nos passou que serão 55 milhões previstos para a composição do FRH em
458 2017, considerando a resolução 34/2007. Teríamos então: 30 milhões para SEMA,
459 19,5 milhões para SOP e 5,5 milhões para SDR, estou fazendo a tradução literal pelas
460 Secretárias, pensei só na resolução, não nos conceitos, entraremos agora no bolo,
461 apresentarei a parte da SEMA, tem várias inovações dentro dos 55% destinados a
462 SEMA. Passou a apresentar toda a planilha com as demandas da SEMA, para o ano
463 de 2017, a primeira inovação, todos sabemos ou conhecemos a situação do Estado,
464 sendo assim o DRH precisa de recursos, para sua manutenção, gasolina, diárias,
465 adiantamento de passagens, o SIOUT passa a desenvolver uma série de atividades
466 inclusive de fiscalização.

467 Eldo - O problema é a indicação somente dos balcões ambientais da FEPAM, para
468 atender tudo o que se relaciona com os comitês de bacia, primeiro eu eles, não tem
469 pernas, os comitês marcam suas reuniões de acordo com suas necessidades,
470 conforme está decidido, pela comunidade e não tem conversa, quem manda lá é a
471 comunidade, não quem quer, ai eles não tem condições de acompanhar.
472 Principalmente nos processos eleitorais, não está sendo acompanhado pelo DRH, que
473 é quem tem expertise nisso, surgem questões que tem que ser resolvidas na hora, a
474 FEPAM não tem a vivência do processo, por isso precisamos do DRH lá, a
475 capacitação dos comitês é falha, precisamos desse pessoal lá.

476 Maria Patrícia – Justamente para isso, que estamos colocando aqui está solicitação,
477 temos dificuldades de recurso, para deslocamento do pessoal do DRH e CRH, que
478 hoje exerce o papel de agência de apoio, na verdade o sistema não funciona sem
479 apoio, para fazer da melhor forma possível, os balcões tem , sim capacidade de
480 resolver esses problemas.

481 Patrícia – Contextualizando mais algumas situações da planilha das demandas SEMA,
482 apresentou algumas demandas dos comitês, planos de bacias, sistema de
483 informações de outorga, Siout, demanda do comitê Rio Passo Fundo, indicação das
484 Câmaras Técnicas de Região Hidrográficas, monitoramento da qualidade da água,
485 quase 1 milhão de reais do FRH será utilizado no monitoramento, mais recursos do
486 Pro Gestão, que é destinado ao fortalecimento do órgão gestor, monitoramento esse
487 necessário, para atingir os enquadramentos, incluindo aquelas bacias com vocação
488 agrícola, considerando a resolução CONAMA 357/2005, isso informações de técnicos
489 da FEPAM, todas as demandas indicadas e não contempladas com recursos do FRH,
490 a SEMA vai buscar atender com recursos do Pro Gestão, visando a diversificação dos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

491 recursos públicos, 11 milhões e 600 mil reais, serão utilizados na aquisição de
492 radares, como envolve outras Secretarias, na gestão de risco, assim ampliamos o
493 monitoramento. Em anos passados a Comando Ambiental apresentou uma proposta
494 de utilização de recursos do FRH, inicialmente foram previsto recursos em torno de 6
495 milhões, a CTPA, solicitou uma adequação da proposta, a qual passou para esse valor
496 3,614 milhões, a SEMA liberou da sua cota essa quantia.
497 Júlio – Para nivelar a CTPA disse se enquadra, está proposta, mas tem que vir do
498 orçamento de alguma Secretaria, que tenha acesso ao FRH.
499 Major Becker – O projeto foi readequado e basicamente é para fiscalização, das 25
500 bacias hidrográficas do Estado, os 3 Batalhões serão atendidos, contemplando Drones
501 e sonda multi paramétricas, alcançando um número de 13 ondas, para o
502 monitoramento dos corpos hídricos das 25 bacias.
503 Klein – Relatou alguns problemas, em abordagens do pessoal do Comando Ambiental,
504 quando em ações, disse que na região de Nova Petrópolis, soube de ações com
505 equipamentos e armamento de guerra, esse tipo de problema em propriedades rurais,
506 deixando a população, preocupada, precisando melhorar essa abordagem.
507 Maria Patrícia – O comando Ambiental, tem sido nosso parceiro, e, treinamento com
508 os Municípios, nas mais diversas situações e procedimentos.
509 Major Becker – Sempre orientamos nossos efetivos, para trabalhar de forma técnica,
510 solicito que seja encaminhado ao Comando Ambiental, data e hora dos fatos, até para
511 verificar se foi nosso efetivo, que está agindo de forma diferente.
512 André – É um processo histórico de requalificação, conversado para fazer uma
513 conversa com o pessoal do Batalhão Ambiental, seminário de nivelamento, houve
514 muita interação, estabelece laços.
515 Major Filiú – Dirigindo a palavra ao amigo (Klein), recebemos de maneira construtiva,
516 não será de plumas e paetês, que será feita a abordagem, as decisões serão sempre
517 de maneira assertiva, quanto a questão de fardamento e armamento cabe ao
518 Comando definir.
519 Paulo Samuel – Quais os parâmetros as sondas irão atender, isso não vai substituir as
520 atividades da FEPAM, hoje existe dados em muitas Secretarias e estão dispersas, os
521 resultados que as sondas medir, quem fará a gestão destes dados.
522 Major Becker – Será integrado com a FEPAM e todas as suas vinculadas, até o
523 treinamento, para uso das sondas, será feito pelo Diretor Fernando Meireles, será
524 realizado a medição, caso necessário também a coleta, somos preventivos, teremos
525 condições de medir e comunicar os órgãos da SEMA, para fazer as análises mais
526 apuradas.
527 Júlio – Isso não vai substituir o monitoramento da FEPAM, isso é só para fiscalização.
528 Patrícia - Essa é a demanda relativa a SEMA, para que ela atenda todas as suas
529 demandas, deve retirar ainda assim recursos do Pro Gestão.
530 Paulo Samuel – O Major poderia passar os parâmetros.
531 Major Becker – Os parâmetros serão, PH, condutividade, turbidez, temperatura, íons,
532 amônia, nitrato, cloreto, concentração de oxigênio, oxigênio dissolvido, TDS, gravidade
533 da água do mar, entre outros.
534 Pedro- A SOP tem uma demanda que chega a 26 milhões para 2017, distribuídos
535 conforme a seguinte planilha, discorre sobre as demandas da SOP. Indicou que após
536 2 anos, em contendas judiciais o plano Estadual de saneamento começará a ser feito.
537 Paulo Samuel – Precisamos saber em qual bacia, está sendo aplicado esse recurso, já
538 havia sido acordado isso anteriormente.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

539 Sec, Executiva do Gravataí – Isso é importante, até para auxiliar o Governo na
540 divulgação das ações onde elas estão sendo realizadas, também para os planos de
541 bacia.

542 Júlio – Quando a irrigação vai entrar?

543 Gilmar - A SEAPI tem uma proposta de 8 milhões.

544 Pedro - Posso encaminhar esse assunto.

545 Sandro – Fizemos parte desse conselho, o técnico Gilmar vai apresentar, nossa
546 demanda, mas quero que entre como saneamento, não como Secretaria, nossa
547 proposta é de aproximadamente 8 milhões dentro dessa de 19 milhões, destinada ao
548 saneamento, para seguirmos com esses projetos, que foi aprovado aqui, o qual será
549 detalhado em reunião específica.

550 Pedro – Contra proposta, em relação a esse assunto, dentro dos 19 milhões, para que
551 não haja litígio, que se aprove como está, a descrição dos projetos, vamos discutir
552 internamente nas Secretarias SOP e SEAPI, acho que não devemos promover um
553 conflito aqui, que não vai aprovar trancando o orçamento para 2017.

554 Sandro – Acho que tem que ser por ai, primeiro aprovamos, depois os Secretários,
555 fazem um acordo com relação aos valores.

556 Patrícia – O acordo proposto pelo Pedro, irá sanar 2 questões, primeiro não há tempo
557 hábil, segundo o planejamento, devemos cadastrar no sistema os valores do
558 orçamento.

559 Sandro – Acho que a proposta está de acordo, somente precisamos rever a resolução,
560 incluindo irrigação, ficando saneamento e irrigação, deve ser feito essa adequação.

561 Júlio – Para resolver isso agora, temos que aprovar hoje, as Secretarias fazem o
562 acordo e nos apresentam.

563 Klein – Sabiam que a data era hoje, por que precisam mais prazo, não concordo com
564 essas aprovações assim, aprovamos um recurso e já estamos com uma exceção, hoje
565 na mesma reunião, nem é ano que vem, sabiam que tinha que apresentar o
566 orçamento, por que não apresentou, data é para ser cumprida, não para ser protelada.
567 Esse é o problema, chamo de ruído, de incompetência, má vontade e desrespeito,
568 viemos aqui e eles não elas apresentam os números, vamos colocar os pingos nos is,
569 eles sabiam que a data era hoje.

570 Tiago – Acho que o Klein, tem razão no que diz, disse na hora devida, infelizmente
571 hoje deveríamos ter a apresentação, deste acordo, que foi feito aqui, já deveria ter
572 acontecido também, considerando nossos prazos, considerando que a peça
573 orçamentaria está no seu limite, para que não ocorra no próximo ano, aquilo que
574 ocorreu na pauta anterior, aprovamos isso dentro da proposta, que sirva de modelo,
575 para não fazer mais, sirva para o próximo ano, fazer de maneira correta, esse é o
576 objetivo da CTPA.

577 Klein – É desrespeitoso tem que ser registrado, não tem competência para apresentar,
578 passe para o orçamento de 2018, acho que precisa ordem na casa, podemos ter a
579 repetição da história, esse pessoal só vem para CTPA, pelo recurso, nunca
580 apareceram, para ajudar é desrespeitoso, gostaria que a CTPA fosse respeitada, caso
581 contrário vou pedir minha exclusão.

582 Gabriel/SDR – Quero dizer a todos, nossos projetos não foram atendidos em 2015,
583 eram 4,5 milhões e não foram liberados, não existe previsão de liberação para 2016,
584 daqueles 5,9 milhões, aprovados na resolução 175/2015, não existe previsão de
585 liberação, mesmo assim vamos pleitear recursos para 2017, uma situação muito
586 complicada, busquei a direção geral da SDR, para ver o que fazer com os recursos,
587 propomos ficar com os 10% das setoriais, tudo indica que novamente não ocorrerá



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
**Câmara Técnica de Programação e Orçamento e Acompanhamento de Projetos
do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos - CTPA**

588 repasse dos recursos do FRH, vamos para o terceiro anos zerado, sem a liberação de
589 recursos. Quando ocorrer a liberação de algum recurso, traremos a CTPA, toda
590 relação de Municípios atendidos.
591 Júlio – Isso tem se repetido, já vai para o terceiro ano, que o Governo não libera
592 recursos para SDR, por falta de vontade política, além disso existe uma briga entre
593 SOP e SEAPI, porém esse valor nunca é liberado.
594 Tiago – Colocamos em votação a peça orçamentaria 2017, foi aprovada, por
595 unanimidade de votos a peça orçamentaria 2017.
596 Tiago – Fica as devidas indignações sobre a falta de andamento do sistema, não
597 avança como deveria ser, onde em todas as reuniões debatemos, avançamos a
598 passos lentos. Solicitamos a SEAPI, que se faça presente as reuniões, muitas vezes
599 maçantes e decepcionantes, sendo preciso energia para estar aqui, manter o quórum.
600 Realmente é difícil ver que o orçamento não foi aplicado, conforma aprovado, temos
601 que acompanhar isso e muitas vezes engolir isso, precisa muita paciência. Declaro
602 encerrada a reunião...assim, fui relator desta reunião Claudir.